

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cirne Lima

GAZETA MERCANTIL

Terça-feira, 8 de fevereiro de 1994

DIRETORIA
Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy
Diretores Vice-Presidentes
Henrique Alves de Araujo
José Andretto Filho
Roberto Muller Filho (Licenciado)
Roberto de Souza Ayres

Página 4

Leon. Brasil Nada pior para o País do que a indefinição

A urgência da aprovação do Fundo Social de Emergência (FSE) não é uma questão que interessa ao País apenas sob o ponto de vista da condução da política econômica interna dentro de critérios racionais. Trata-se de uma questão intimamente ligada aos compromissos internacionais que o Brasil assumiu no processo de reestruturação da dívida externa. Não é por acaso, portanto, que uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), chefiada pelo economista José Fajembaun, chegou neste fim de semana a Brasília e ontem mesmo reuniu-se com o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Winston Fritsch, e com o presidente do Banco Central (BC), Pedro Malan.

Na semana passada, toda a imprensa noticiou que a vinda da missão do FMI fora adiada em razão das vicissitudes da tramitação do FSE no Congresso. Essa hipótese foi certamente aventada, mas tudo faz crer que o governo brasileiro, por intermédio do presidente do BC, que se encontrava nos Estados Unidos, tenha entrado em contato com representantes dos bancos credores e com a direção do FMI, concluindo-se pela inconveniência

de um novo adiamento da missão técnica. Em termos mais explícitos, a imagem do Brasil perante a comunidade financeira internacional poderia vir a ser afetada em decorrência de sucessivos retardamentos da conclusão das negociações iniciadas há quase dois anos.

As razões são fáceis de entender: a finalização do acordo com os bancos credores está prevista para 15 de abril, mas, de acordo com o memorando técnico firmado com os bancos credores privados em julho de 1991, há uma etapa anterior a cumprir. Com 35 dias de antecedência, ou seja, em 10 de março, deve ter início a troca de dívida antiga por dívida nova, de acordo com o cardápio de opções por bônus desse ou daquele tipo.

Observa-se que os prazos vêm-se estreitando. Mesmo supondo que o FSE seja aprovado na sessão de hoje do Congresso Revisor, o será apenas em primeiro turno. Como na próxima semana de carnaval será praticamente impossível obter número suficiente para a votação em segundo turno, esta, ao que

tudo indica, só ocorrerá na última semana de fevereiro.

Se tudo correr bem, haverá espaço de tempo suficiente para a conversão da dívida nos novos títulos, mas, para isso, seria necessário o sinal verde do FMI, sem o qual o governo americano não faria, como já deixou claro, a emissão da série especial de "zero coupon bonds", que servirão de lastro aos bônus brasileiros.

O Brasil poderia, logo em seguida à aprovação do FSE, que vem completar o programa econômico do governo, encaminhar uma carta de intenções ao FMI, mas esta, naturalmente, deveria obedecer à tramitação normal, que tomaria diversas semanas. Uma saída possível seria um acordo provisório com o FMI, que poderia vir a ser aceitável para o Tesouro americano, de modo a permitir que a reestruturação da dívida brasileira chegasse finalmente ao seu termo.

Acreditamos que não estaremos sendo otimistas demais ao esperar que o processo

possa ter esse andamento. Há uma visível ansiedade no exterior, expressa com frequência por publicações internacionais, com a indefinição da política econômica brasileira. Compreende-se, naturalmente, que, em uma democracia em pleno funcionamento como a nossa, que vem passando por uma depuração sem precedentes, a aprovação de medidas econômicas de maior alcance é demorada. Mas, como todos temos visto, a atitude negativa de uma parte do Congresso, que age movida apenas por considerações eleitoreiras, é mais do que irritante. É destrutiva, podendo interferir com um paciente e denodado trabalho que vem sendo desenvolvido desde o governo anterior para solucionar a questão externa, como já o fizeram todos os nossos vizinhos latino-americanos. E lembre-se que o processo de reestruturação da dívida foi acompanhado, passo a passo, pelo Senado da República.

Só podemos esperar, em vista de tudo isso, que o Congresso Revisor, assumindo as suas responsabilidades, aprove hoje a emenda que institui o FSE. Nada poderia ser mais ruinoso para o País, nesta hora, do que a indefinição.